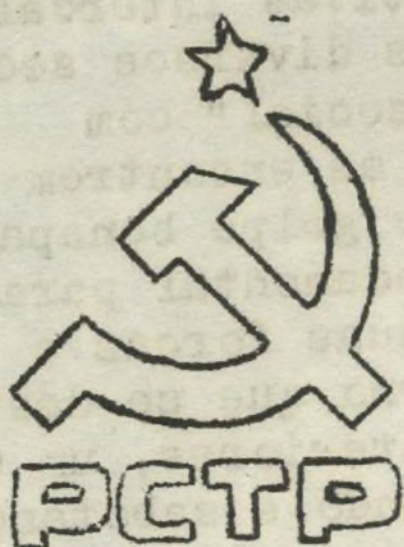


PARTIDO COMUNISTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES (PCTP/MRPP)



PCTP FACE ÀS ELEIÇÕES INTERCALARES



Examinando a situação política, o Plenum do Comité Central do nosso Partido aprovou a tática da participação dos comunistas nas eleições por forma a materializar num grande número de votos expressos o apoio das massas ao seu programa de governo democrático e popular e ainda de eleger uma fracção comunista para a Assembleia da República.

A convocação das eleições legislativas intercalares não constitui surpresa nenhuma para o nosso Partido - nomeadamente nos últimos editoriais do Luta Popular, escritos pelo camarada Arnaldo Matos - previu a sua eventualidade, adiantando tratar-se de uma alternativa que consubstancia a execução de um golpe bonapartista.

O anúncio e a realização das eleições antecipadas surge no contexto de agudização extrema da luta de classes no nosso País, de que se destaca a determinação combativa da classe operária e das amplas massas do povo, com as diversas lutas e greves dos últimos meses, que levaram ao derrube do Governo Mota Pinto.

É obvio que, em tais circunstâncias e, ademais, com o vertiginoso agravamento da crise que abala a sociedade capitalista portuguesa e as suas instituições, o recurso às eleições intercalares constitui uma manobra evidente da classe dominante para desmobilizar, desarticular e fazer quebrar o movimento operário e popular em curso, pretendendo desviar as massas dos seus vitais e propagar de novo as ilusões num parlamento, num sistema e nos seus governos que já deram mais do que prova da sua falência.

Trata-se como em qualquer processo eleitoral sob a ditadura da burguesia - de transferir a luta de classes do terreno onde ela efectivamente se trava para o palco das eleições e para o circo do eleitoralismo burguês. E tal como o prevenimos em 1975 e 1976, também as próximas eleições legislativas não vão resolver nenhum dos problemas fundamentais com que se debate o povo e a nação. Não obstante, não podem os comunistas alhear-se desta batalha, pelas possibilidades legais que apresentam para uma mais vasta divulgação do nosso programa e da nossa política por forma a elevar a consciência das massas e a traduzir em votos expressos o seu apoio à saída revolucionária para a crise que o nosso Partido Comunista aponta.

As eleições legislativas intercalares decorrem nas condições específicas da preparação e execução de um golpe, "constitucional" ou abertamente pretoriano, de natureza bonapartista, por iniciativa principal do sector da classe dominante ligado ao grande capital monopolista privado. Ou as eleições, com a vitória dos partidos representativos desse sector - a "Aliança Democrática" PSD/CDS/PPM -, representam a legitimação do golpe, abrindo as portas ao referendo e à revisão constitucional, ou constituem - caso tudo fique na mesma - um convite aberto à intervenção da tropa, pois que o grande capital desejará resolver pelas baionetas o que pelos votos não conseguiu resolver.

Nestes termos, a participação dos comunistas nas eleições afigura-se de uma importância acrescida trata-se de mostrar às massas, que estão desiludidas com os partidos burgueses mas em cuja revolta pode o bonapartismo pescar, que existe uma alternativa, uma saída e um programa revolucionário para a crise. Que a alternativa não é entre morrer na forca ou por fuzilamento; que não é entre o "golpe constitucional" sarcarneirista e o golpe militarista que a manutenção de uma "maioria de esquerda" parlamentar instiga. Trata-se, em suma, de demonstrar que a alternativa é a constituição de um governo de operários, dos camponeses e do povo trabalhador em geral, contra os monopólios, os capitalistas e os latifundiários; contra o fascismo e o social-fascismo; contra os imperialistas e os social-imperialistas.

Ao anunciar a sua decisão de participar nas eleições legislativas intercalares, o nosso Partido denuncia desde já o acordo que se prepara entre os diversos sectores da burguesia e da contra-revolução por forma a impor uma "trégua social" com vista a que, à saída das eleições, o proletariado e as massas populares se encontrem desmobilizadas e de mãos atadas, condição essencial para a execução do golpe bonapartista. É neste sentido que surge o Governo de gestão, instrumento fundamental para que durante as eleições e à sua saída, a classe dominante prepare as suas forças e afie as suas espadas para o ataque de envergadura que prepara. Um governo que se destinará a aplicar as leis do Governo Mota Pinto e outros ministérios anteriores, um Governo com a missão específica de impor a "pacificação social" (reprimindo e sabotando as lutas dos operários), e cujos polícias mais dedicados serão os revisionistas do P"CP

O nosso Partido vai, pois, participar nas eleições para demonstrar que os trabalhadores podem vencer a crise, que existe um programa e uma alternativa revolucionária, que é necessário a unidade da classe operária, dos camponeses e das demais camadas do nosso povo na base de uma Frente Única Democrática Popular. E, desde já, ao convidarmos as massas para um grande apoio à política do nosso Partido, apelamos-lhes também para que denunciem o cozinheiro eleitoral que os partidos da burguesia preparam, pretendendo restringir a participação dos comunistas nas eleições, através da legislação eleitoral já existente e de outras medidas que o Governo de gestão será chamado a adoptar.

Funchal, 31 de Agosto de 1979